

CARACTERIZANDO O FENÔMENO DO POPULISMO

Bruna Rodrigues da Costa Santos(1)

Bruno Soares de Oliveira(2)

João Veigas dos Santos Junior(3)

RESUMO: O populismo é tema de intenso debate acadêmico e público, com definições contestadas e múltiplas interpretações. Este artigo revisa três abordagens teóricas centrais: como ideologia (Mudde), definida pela dicotomia moral entre o “povo puro” e a “elite corrupta”; como discurso (Aslanidis), que enfatiza elementos retóricos e performativos; e como representação política (Cassimiro), que reflete sobre sua compatibilidade com a democracia. Argumenta-se que o populismo é flexível, adaptando-se a diferentes contextos ideológicos, históricos e geográficos, desde movimentos de esquerda na América Latina até líderes de direita na Europa contemporânea. A revisão destaca a falta de consenso conceitual e a importância de sistematizar critérios analíticos que permitam compreender as manifestações do populismo em distintas conjunturas.

Palavras-Chave: Populismo, conceito, povo puro, elite corrupta;

(1) Graduanda em Ciência Política e Bacharel em Relações Internacionais (UnB)

(2) Mestrando (PPGCP/UNB) e Bacharel em Ciência Política (UnB)

(3) Graduando em Ciência Política (UnB)

1. INTRODUÇÃO

O conceito de populismo é intensamente disputado, amplamente debatido na esfera pública e acadêmica. Mudde (2004) aponta que, a partir dos anos 1980, houve um aumento significativo no número de estudos sobre o surgimento dos “partidos populistas” no Ocidente, muitas vezes com uma abordagem alarmista que apresenta o populismo como uma ameaça à democracia liberal. Nos últimos anos, com o agravamento da crise democrática em diversos países e a recorrência de líderes com características classificadas como populistas em várias partes do mundo, o termo tem se tornado mais frequente e recebido atenção crescente em produções e trabalhos acadêmicos.

Na esfera pública, é comum que o termo populismo careça de uma conceituação clara, embora haja um consenso em compreendê-lo como uma forma patológica, pseudo e pós-democrática, resultante da corrupção dos ideais democráticos. Com base nesse entendimento, o termo é frequentemente atribuído, de forma deliberada, a diversas personalidades com posições políticas diametralmente opostas. Ao longo do tempo, sua aplicação sem critérios consistentes fez com que o populismo adquirisse um sentido pejorativo no imaginário popular, sendo utilizado para depreciar ou desmerecer adversários políticos, o que contribuiu para tornar o fenômeno genérico e dificultar sua compreensão (Mudde, 2004; Cassimiro, 2021).

O populismo, conforme discutido na literatura, é abordado a partir de diferentes perspectivas que frequentemente disputam sua conceitualização, geralmente de maneira pouco sistematizada. Cassimiro (2021) observa que o termo tem sido cada vez mais utilizado, um crescimento atribuído principalmente aos esforços das ciências sociais em interpretar os sintomas da crise democrática. No

entanto, esse aumento no uso não tem sido acompanhado por uma definição clara e rigorosa, seja no plano analítico ou empírico.

Um dos principais problemas destacados nos estudos sobre o populismo é a ausência de uma definição clara do fenômeno. Muitos autores aplicam o termo retrospectivamente, partindo da análise de seus efeitos — atribuindo-o a determinados atores e comportamentos — e frequentemente postergam ou ignoram o debate sobre as raízes do objeto de estudo. Esse passo, no entanto, é essencial para uma compreensão aprofundada do tema. Mesmo entre aqueles que buscam sistematizar o conceito e encontrar pontos comuns, surgem desafios, como a caracterização do populismo como um “significante vazio” (Cassimiro, 2021).

Este artigo tem como objetivo revisar a literatura sobre o populismo, destacando a importância de uma conceitualização sistemática para compreender esse fenômeno em diferentes contextos. Para isso, apresentamos diversas abordagens que emergiram no debate teórico sobre o conceito de populismo. O esforço se justifica pela necessidade de fornecer ao campo da ciência política uma visão abrangente, capaz de estabelecer critérios claros para identificar e analisar o populismo. Essa base conceitual clara pode orientar o desenvolvimento de metodologias mais robustas, promovendo análises comparativas que contribuam para compreender o fenômeno em diferentes países, períodos históricos e contextos socioeconômicos.

Para cumprir esse objetivo, o artigo aborda, nas seguintes seções, a visão do populismo como uma ideologia, conforme a definição de Cas Mudde (2024) em seu artigo “The Populist Zeitgeist”; a crítica de Paris Aslanidis (2016) no artigo “Is Populism an Ideology? A Refutation and a New Perspective”, que defende a compreensão do populismo como discurso; e, por fim, a apresentação de outras formas de compreensão propostas por Paulo Cassimiro (2021) em “Os Usos do Conceito de Populismo no Debate Contemporâneo e Suas Implicações sobre a Interpretação da Democracia”. Ao final, apresentamos as conclusões sobre o debate teórico e reflexões acerca do campo de pesquisa.

2. O POPULISMO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS

Cassimiro (2021), em seu artigo, analisa diferentes abordagens utilizadas para compreender o fenômeno do populismo, enfatizando as características centrais que cada perspectiva privilegia. Uma dessas abordagens considera o populismo como uma ideologia, buscando identificar elementos comuns que possam constituir-lo enquanto tal. Cas Mudde (2004) foi pioneiro nessa concepção, ao propor uma definição que rejeita a ideia de que o populismo seja uma “patologia” democrática. Mudde também argumenta que explicações que carecem de uma definição clara são falhas e, paradoxalmente, contribuem para fortalecer o populismo em vez de enfraquecê-lo. Cassimiro (2021) também examina o populismo como um estilo político, com foco nos aspectos performativos, como elementos discursivos e simbólicos. Essa perspectiva dialoga com a análise de Benjamin Moffitt (2016) e com a crítica de Paris Aslanidis (2016) à abordagem ideológica, propondo que o populismo seja melhor compreendido como um enquadramento discursivo. Exemplos recentes, como o comportamento político de Jair Bolsonaro e Javier Milei durante processos eleitorais, evidenciam traços que corroboram amplamente essa interpretação.

Por fim, Cassimiro (2021) apresenta a perspectiva de Laclau, que propõe desconsiderar as tentativas de encontrar unidades referenciais para definir o populismo e, em vez disso, foca na construção de identidades.

2.1. POPULISMO COMO IDEOLOGIA

Cassimiro (2021) defende que Cas Mudde (2004) contribui para a abordagem do populismo como uma ideologia, embora de natureza esvaziada e flexível. Eles afirmam que o fenômeno possui conceitos centrais que se estendem a diferentes contextos, ao mesmo tempo, em que retêm características singulares ainda não totalmente definíveis. Para compreender a perspectiva de Cassimiro (2021), essa seção analisará as características fundamentais do populismo, com base na obra de Mudde (2004), explorando suas implicações e contradições no contexto político contemporâneo. Buscando focar nas características fundamentais, Mudde (2004) propõe uma definição centrada em um aspecto que considera essencial: o populismo é uma ideologia que vê a sociedade dividida entre dois grupos homogêneos e antagonistas – o ‘povo puro’ e a ‘elite corrupta’. Segundo ele, o populismo defende que a política deve expressar diretamente a vontade popular, ou ‘volonté générale’. Esse antagonismo entre povo e elite coloca o populismo em contraste com o elitismo, que valoriza a liderança da elite e acredita que ela possui uma moralidade superior em relação ao povo, e com o pluralismo, que vê a sociedade como composta por grupos diversos com interesses variados.

Resta a questão do que seria o fenômeno, se seria uma síndrome, movimento político ou ideologia. O autor defende que é uma ideologia que se destaca das demais por ser flexível. Nesse sentido, o populismo não possui uma estrutura ideológica robusta como o socialismo ou o liberalismo. Em vez disso, ele é uma “ideologia de centro fino”, com um núcleo moralista e maniqueísta, o que permite que ele se combine com ideologias mais amplas, como o nacionalismo, o socialismo ou o ecologismo. Nesse sentido, o populismo é adaptável, capaz de absorver temas e narrativas de outras ideologias e integrá-los ao seu discurso central (Mudde, 2004).

Além disso, Mudde (2004) observa que o populismo tende a ser moralista, mais do que programático. Esse fenômeno se preocupa com o aspecto normativo da divisão entre o povo e a elite, em vez de se focar em diferenças empíricas ou em políticas específicas. Esse aspecto moralista permite que o populismo funcione de maneira binária: os oponentes são descritos como essencialmente “corruptos” ou “mal-intencionados”, deixando pouco espaço para mediação, aproximação ou empatia. Logo, a visão populista cria através do moralismo uma visão dividida em dois grupos, com o povo em posição de opressão ou silenciamento pela elite corrupta.

É importante compreender os núcleos dessa relação maniqueísta, Mudde (2004) discute o uso do termo “povo” pelos populistas e sua função como uma ferramenta retórica. Para os populistas, o “povo” representa uma comunidade imaginada, muitas vezes vaga e idealizada. O autor indica que o teórico Paul Taggart introduz o conceito de “Heartland” para descrever essa ideia: uma “comunidade virtuosa” e “unificada” que simboliza o público ao qual os populistas se dirigem. Esse “Heartland” é retratado como um grupo homogêneo que compartilha valores tradicionais, criando uma dicotomia forte entre o povo e os “outros”, geralmente representados pela elite ou minorias que os populistas consideram corruptas ou ameaçadoras. Assim, o termo “povo” se torna um conceito poderoso para mobilizar a população, embora vazio, e serve para enfatizar os valores e sentimentos daqueles que os populistas dizem representar.

Igualmente relevante é observar como o populismo se relaciona com a elite corrupta, que é colocada na posição de inimiga. Como a definição de povo, a definição de “elite corrupta” é flexível e permite rotular diferentes atores na classificação, normalmente atacando aqueles que estão no poder, mas não atendem a vontade do povo. O populismo moderno frequentemente critica os partidos

políticos, argumentando que eles corrompem a ligação direta entre o líder e o povo. Populistas são muitas vezes reformistas, e não revolucionários: ao invés de rejeitar completamente o sistema político, eles defendem a criação de um novo tipo de partido que represente genuinamente os interesses do povo, em oposição aos partidos tradicionais que, segundo eles, servem aos interesses da elite.

Mudde (2004) diferencia o populismo de movimentos emancipatórios, como o socialismo, ao afirmar que os populistas não pretendem “educar” o povo ou transformá-lo pessoalmente. Em vez disso, eles enfatizam a opressão sofrida pelo povo, aumentando a consciência pública sobre as desigualdades do sistema político sem propor uma mudança comportamental ou intelectual. O objetivo é mudar o status do povo dentro do sistema, não necessariamente suas crenças ou valores. Embora o populismo seja muitas vezes associado a uma oposição à tecnocracia, Mudde (2004) aponta que isso não é totalmente verdade. Alguns movimentos populistas, como o Social Credit no Canadá, defendem regimes tecnocráticos. Para os populistas, o que importa é que os tecnocratas implementem a vontade do povo, sem que suas opiniões interfiram no desejo popular. O populismo contemporâneo, como no caso de Silvio Berlusconi na Itália, explora essa desconfiança generalizada nos políticos tradicionais, mas confia nos especialistas para implementar políticas de acordo com os interesses populares.

Mudde (2004) identifica diversos fatores que promovem o ‘zeitgeist’ (espírito do tempo) populista, remetendo a ascensão de populistas na Europa, incluindo a corrupção das elites e a alienação da classe política. Ele destaca a cartelização dos partidos nas democracias ocidentais, onde o financiamento público dos partidos e a monopolização das atividades políticas criam uma distância entre políticos e eleitores. Além disso, a convergência sociológica dos políticos, geralmente provenientes de classes médias com visões políticas moderadas, contribui para a percepção de uma elite homogênea e desconectada.

Outro fator é a mudança no papel da mídia, que se tornou independente dos partidos e mais comercializada, com ênfase em narrativas sensacionalistas. Esse cenário cria um ambiente favorável para o discurso populista, que ganha audiência ao destacar escândalos e críticas às elites. Mudde (2004) observa que essa combinação de fatores torna o público mais receptivo a discursos populistas e, ao mesmo tempo, aumenta a mobilização cognitiva, onde cidadãos se sentem mais capacitados a julgar e criticar os políticos. Ao longo do tempo, os populistas além de se utilizarem dos eventos divulgado pela mídia para denunciar o estado de opressão do povo, quando é conveniente, também colocam a mídia no papel de elite corrupta.

Além disso, a globalização surge como um problema central para os populistas, que argumentam que ela limita a soberania nacional e reduz a capacidade de decisão dos governos. A partir dos anos 1990, os efeitos econômicos negativos atribuídos à globalização tornaram-se temas de campanha populista, enquanto políticos tradicionais tendem a ver a globalização como uma força inevitável. Essa divergência abre espaço para que o populismo critique diretamente a primazia das instituições globais. Assim, líderes populistas conseguem culpabilizar atores para além das suas fronteiras, especialmente no caso de instituições internacionais, o inimigo se torna uma ameaça distante, mas poderosa em influenciar o estado que o povo se encontra.

O populismo frequentemente desafia as normas das democracias liberais, especialmente quando limitações institucionais impedem a implementação da “vontade do povo”. Líderes populistas podem propor uma forma de democracia mais direta, em que referendos e plebiscitos permitem a decisão popular. Contudo, Mudde (2004) argumenta que os eleitores populistas não apoiam am-

plamente a democracia participativa contínua, preferindo uma política focada em resultados (output) mais do que em processos (input). Eles querem um governo responsivo que resolva seus problemas, sem a necessidade de engajamento constante. Essa abordagem orientada para resultados leva os populistas a rejeitar limitações e verificações democráticas, como o controle de instituições, alegando que essas estruturas são obstáculos ao cumprimento da vontade popular. Para alguns, mecanismos como referendos e consultas populares podem ser ferramentas diretas aplicadas para ultrapassar o poder das elites.

A rejeição do controle das instituições foi visto no Brasil, durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro que alegava que as instituições como o poder judiciário ou instituições da área da saúde, ou não permitia que o seu governo implementasse a vontade do povo, como exemplo, podemos citar sua intenção em não estabelecer o isolamento social no contexto de pandemia da COVID-19 que ia contra a regras do Sistema de Saúde (SUS) sobre medida sanitária preventiva que é caracterizada quando se desrespeita determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. As elites políticas e a academia responderam ao populismo de várias maneiras, incluindo propostas de "mais democracia" ou de "democracia real", através de modelos deliberativos ou digitais. Mudde (2004) observa uma esquizofrenia nas democracias ocidentais, onde o sistema político alterna entre tentativas de abertura e democratização e a cartelização dos partidos. Essas iniciativas refletem o esforço das elites para conter o populismo, sem, no entanto, resolver as demandas subjacentes dos eleitores populistas.

Mudde (2004) conclui que o populismo reflete uma resposta popular à desconexão entre a elite política e o eleitorado, exacerbada pela mídia e pela globalização. Em vez de representar uma crise democrática temporária, o populismo é uma reação a um sistema em que as percepções de corrupção e ineficácia das elites são mais importantes que os fatos. Esse zeitgeist populista coloca uma pressão crescente nas democracias liberais, que precisam reconsiderar sua estrutura institucional e sua representatividade para conter o crescimento do populismo.

2.2. POPULISMO COMO DISCURSO

Cassimiro (2021), sob outro aspecto, aponta que Benjamin Moffitt (2016), argumenta que o populismo pode ser compreendido como um estilo político que abrange aspectos retóricos, estéticos e simbólicos. O autor rejeita a ideia de achar uma espécie de categoria única e universal do termo. Desse modo, ele traz os estudos sobre o populismo para uma observação empírica. O argumento a favor dessa visão parece que nasceu justamente das dificuldades apontadas para definir o populismo. Isso porque se por um lado a literatura não consegue definir o que é o populismo, por outro, é possível apontar quem é ou não é populista, observando seus comportamentos discursivos, comportamentais, entre outros, no mundo real.

Aslanidis (2016) surge como fio condutor do questionamento sobre o que é o populismo. Para o autor, conceituações como a de Laclau - principal inspiração para seu trabalho e pioneiro dos estudos sobre populismo - merecem ser revisitadas e servem de base para sua definição: Aslanidis se contrapõe à tese de Mudde que observa considera o populismo uma ideologia de traço fino por considerar que o fenômeno é melhor observado quando são considerados seus elementos discursivos que se apoiam em retóricas semelhantes, mas em contextos amplos nitidamente distintos, fugindo, assim, de uma sólida matriz ideológica.

O artigo permitiu assim suscitar alguns debates como: De que maneira, elementos discursivos do populismo são percebidos em políticos de espectro distinto ao redor do mundo e o quão ideológico isto pode ser considerado? Além disto, Aslanidis assim como outros autores como Ostiguy e Weyland enxerga na construção de relações entre o seguidor e o líder populista como decorrência de mecanismos de vínculo, conexão e identificação que surgem de estratégias de comunicação política bem-sucedidas do político populista.

Assim, o enfoque no estudo da estrutura narrativa como mecanismo de conexão entre líder e seguidor e a ausência da solidez tipicamente relacionada às ideologias é o que sintetiza a visão de Aslanidis que não rejeita as contribuições e conceituações divergentes - especialmente no que se trata da abordagem ideacional de Mudde - mas desenvolve e aplica uma metodologia de análise discursiva que busca comprovar o populismo como um fenômeno mais versátil e caracterizado por elementos discursivos do que uma ideologia. O debate desenvolvido por Aslanidis pode ser compreendido como uma tentativa de se contrapor a consensos e visões predominantes na literatura sobre populismo. Ao propor a noção de que populismo não é uma ideologia, o autor não refuta completamente as ponderações e conceituações de autores da abordagem ideacional, como Cas Mudde, mas enfatiza que o populismo não detém a solidez e a densidade que caracteriza as ideologias clássicas do debate político-econômico e social, como o liberalismo e o socialismo.

Além disto, Aslanidis detém atenção às falácias e limitações do debate acadêmico que elabora e contesta definições acerca das manifestações de fenômenos políticos como o populismo, esta preocupação fica evidente quando o autor ressalta que o espectro político do pesquisador, muitas vezes, limita o debate sobre populismo a um jogo de ataques e oposições que não se aprofunda metodologicamente.

A esta preocupação, junta-se a crítica do autor à negligência à forma do fenômeno do populismo que é persistente nas análises que o classificam como ideologia, tendo como enfoque o conteúdo, mas sem entender de maneira concisa e sistematizada suas variações e limitações - argumento este que fundamenta a defesa do autor de que o populismo é um enquadramento discursivo, e não uma ideologia tênue. A argumentação do autor é construída de maneira que a abordagem ideacional não é totalmente invalidada por ter características que levam em conta o papel do discurso político na ação populista, contudo, as dinâmicas relativas à forma e ao conteúdo são categorias priorizadas por Aslanidis e que, segundo este mesmo autor, não recebem a devida atenção de outros pesquisadores de populismo, especialmente daqueles que concebem o fenômeno populista como uma ideologia.

O argumento de Aslanidis, embora não invalide a abordagem ideacional e nem proponha uma concepção inédita acerca do fenômeno populista, traz elementos que remontam conceituações realizadas por autores como Ernesto Laclau que analisam o discurso - assim como o político populista de maneira geral - a partir de uma perspectiva que prioriza aspectos ontológicos e narrativos. Além disto, ao enfatizar o discurso como o elemento central e condutor do fenômeno populista, Aslanidis (2016) ressalta que as análises devem considerar fatores externos à ação do líder populista que podem explicar o sucesso e a boa recepção de seu discurso em contextos geográficos, históricos e sociais distintos.

Acerca disto, o texto de Aslanidis defende que a resposta sobre o populismo ser ou não uma ideologia pode ser construída e evidenciada a partir de análises que combine técnicas de diferentes naturezas e permitam, assim, entender de maneira aprofundada elementos comportamentais e es-

tratégicos que apontem a presença de narrativas discursivas na atuação de líderes populistas. Estes elementos permitem recuperar e convergir diferentes abordagens do populismo que compreendem as relações que explicam o sucesso eleitoral dos populistas, sendo este um ponto no qual a abordagem ideacional de Cas Mudde é vista como positiva por Aslanidis. Contudo, para o autor, o populismo compreendido como estrutura discursiva permite melhor visualizá-lo em suas diferentes manifestações que se inserem em aspectos distintos podendo, inclusive, estar associado à políticos de espectros políticos radicalmente opostos - valendo recuperar, por exemplo, o histórico do populismo de esquerda manifestado na América Latina durante grande parte do século XX que guarda semelhanças fenomenológicas e padrões identificáveis no populismo reacionário de extrema direita do século XXI.

Desta maneira, Aslanidis (2016) rejeita maniqueísmos e dualidades e defende a identificação de diferentes graus de populismo que podem estar presentes e, por consequência, ser medidos em discursos de diferentes políticos sem que isto configure, necessariamente, sua posição ideológica primordialmente. Esta medição, conforme defendida e exemplificada pelo autor, pode ser realizada a partir da análise de dados textuais de discursos e manifestações políticas que permitem encontrar elementos e enquadramentos típicos do discurso populista como o discurso anti elite e anti establishment além da aproximação do político com o povo rejeitando a postura tradicional da classe política.

Desta maneira, o enquadramento discursivo como maneira de compreender o populismo é utilizado por Aslanidis e outros autores como uma ferramenta de análise que visa compreender melhor as variações do fenômeno evitando, assim, dicotomias e imprecisões. Aslanidis (2019) afirma que são notáveis as diferenças ideológicas entre diferentes líderes populistas como Silvio Berlusconi na Itália, Donald Trump nos Estados Unidos e Hugo Chávez na Venezuela. Este comentário, pertencente a uma entrevista dada por Aslanidis ao Jornal The Guardian da Inglaterra, serve como síntese do que é defendido pelo autor: elementos comportamentais, textuais e sociológicos da postura de líderes populistas não compõem uma ideologia consistente e amparada por um arcabouço de traços e norteamientos unívocos e centrais.

Tal como mencionado por Aslanidis e perceptível em casos por ele citado, mas, principalmente, por casos mais recentes, como a gestão de Jair Bolsonaro no Brasil (2019-2022) e Javier Milei (2023-atualmente) o discurso populista está presente em contextos políticos, geográficos e sociais distintos nos quais bases de ideologias robustas como Socialismo e Liberalismo servem de base para um discurso de insatisfação para com as elites e o establishment e valorização do povo que são nucleares e inerentes ao discurso populista.

2.3. OUTRAS FORMAS DE COMPREENSÃO

Outro olhar trazido por Cassimiro é a análise do populismo como representação. Ele traz perspectivas de autores, que apontam características paradoxais que servem de reflexão sobre o funcionamento da democracia. No Brasil, por exemplo, o então presidente Jair Bolsonaro se utilizou do seu cargo representativo para atacar as instituições. Esse e outros casos podem levar questões sobre a compatibilidade do discurso populista com a democracia.

Há brechas para um debate interessante, pois a partir de certo ponto de vista há apelos ao povo que podem ser ferramentas que fortaleçam a democracia. Assim como se observa na literatura, em especial o de Benjamin Arditi (2007), há bons argumentos para afirmar que o populismo

como uma forma representativa pode ser compatível com a democracia, desde que atue dentro dos limites institucionais e não busque a subversão da estrutura democrática existente.

Um outro argumento usado pode ser interessante para analisar a realidade brasileira é o potencial do populismo de causar perturbação no processo político democrático. Ainda que o autor sugira aplicar esse aspecto apenas nos casos dos populistas democráticos, essa perturbação, no caso brasileiro, serviu para que as instituições, em defesa da democracia, moldassem instrumentos institucionais para se fortalecer diante de atores antidemocráticos - ainda que permaneça contradições sociais e políticas. Mas o ponto é que foi possível, a partir - e após - o governo Bolsonaro, introduzir novas abordagens e perspectivas no cenário político. Essa capacidade de perturbar e renovar o processo político, nesse caso, serviu como uma forma de dinamismo e resposta às demandas e insatisfações populares dentro do contexto democrático.

3. CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre o populismo, com o foco especial na construção do conceito ao longo do debate teórico.

Cassimiro, Mudde e Aslanidis abordam e evidenciam as variações e a amplitude da discussão acerca das definições e enquadramentos possíveis do fenômeno populista, a partir das ponderações e conceituações dos três autores, os dissensos e divergências em torno do populismo remontam um processo histórico de busca pela compreensão das manifestações do populismo de maneira coerente e, principalmente, conectada com a complexidade e diversidade de fatores e elementos que são observáveis ao longo da história em diferentes cenários. A compreensão do populismo depreende observar as discussões presentes na literatura e como as diferentes abordagens se adequam de maneira mais ampla ou limitada às conjunturas observadas e analisadas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASLANIDIS, Paris. Is populism an ideology? A refutation and a new perspective. **Political Studies**, v. 64, n. 1_suppl, p. 88-104, 2016.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p.e242084, 2021.

MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.

MOFFITT, Benjamin. The performative turn in the comparative study of populism. **Political Studies**, v. 41, n. 1, p. 3-23, 2016